



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
REITORIA

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS

DADOS DO SOLICITANTE:			
Nome:	Cícero Salatiel Pereira Lopes	Matrícula Siape:	1458260
Cargo/Profissão:	Assistente Adm	Função/Código:	CD03
CPF:	47969695353	Data de nascimento:	20091973
RG:1420883		Órgão Expedidor:	SSP TO
E-mail:	salatiel@ifto.edu.br	Fone:	6332282219
		Celular:	9.99928387
Nome do Banco:	Nº do Banco:	Nº da Agência:	Conta Corrente:
Banco Brasil	001	3962-4	25264-6

DADOS DA VIAGEM:			
Objetivo da viagem: (Anexar os documentos que comprove o deslocamento, tais como: convites, convocação, programações ou folders)			
Participar do FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO TOCANTINS no Campus Araguatins			
Período de afastamento:	18/10/2017	a	20/10/2017
Data do início do trabalho, evento ou missão:	18/10/2017	Hora:	8:00
Data de término do trabalho, evento ou missão:	20/10/2017	Hora:	18:00

DESLOCAMENTO: (Transporte Aéreo/Terrestre)	CUSTEIO: (Diárias e passagens / Somente diárias / Somente Passagens)
Transporte Terrestre	Somente Diárias
Justificativa: (caso a viagem seja realizada em finais de semana e feriados nacionais)	

TRECHOS AÉREOS			
Origem	Destino	Data	Turno

TRECHOS TERRESTRES

Origem	Destino	Data	Deslocamento Terrestre (Marque as opções com "X")
Palmas	Araguatins	18/10/2017	Transp. Rodoviário ()
Araguatins	Palmas	20/10/2017	Veículo Oficial (x)
			Veículo Próprio () Outros ()
			Reembolso posterior: Sim () Não ()

Deslocamentos com Diárias e Passagens Aéreas solicitadas com prazo inferior a 15 (Quinze) dias para deslocamentos nacionais e 20 (Vinte) dias para deslocamentos internacionais deverão acompanhar Justificativa de Viagem Urgente, com a devida autorização da Autoridade Superior da Unidade, conforme Portaria Normativa 03/2013/Reitoria/IFTO de 06 de Junho de 2013, art. 6º.

Data da solicitação: 11/10/2017

AUTORIZAÇÕES

Nome	Nome
Chefe Imediato	Proponente

OBS: Os TICKETS originais das passagens aéreas e o RELATORIO DE VIAGEM deverão ser entregues no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o retorno. O não atendimento impossibilita a concessão de novas diárias e passagens



Documento assinado eletronicamente por **Cicero Salatiel Pereira Lopes, Diretor**, em 11/10/2017, às 07:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Soares Lelis Gori, Proponente**, em 11/10/2017, às 08:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Karini Dias Ferreira Amorim, Pró-reitora**, em 11/10/2017, às 09:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0188394** e o código CRC **B7EB4BFD**.

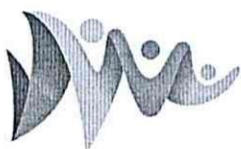


Avenida Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08 - Plano Diretor Sul
CEP 77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.iftto.edu.br - reitoria@iftto.edu.br

Referência: Processo nº 23235.028045/2017-47

SEI nº 0188394

Convite



**FÓRUM DE
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO
DO TOCANTINS**

Secretaria do Desenvolvimento
Econômico, Ciência, Tecnologia,
Turismo e Cultura



**GOVERNO DO
TOCANTINS**

O Governo do Estado, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura (Seden), e parceiros convidam Vossa Senhoria a participar do **Fórum de Desenvolvimento Econômico do Tocantins**.

Tema: Desafios e oportunidades para fortalecer a economia do Tocantins
Contamos com sua presença!

REGIÃO
EXTREMO-NORTE (BICO)

ARAGUATINS

VAGAS LIMITADAS
FAÇA SUA INSCRIÇÃO
<https://goo.gl/iaqjBL>

Data: 19 e 20 de outubro

Horário: 19/10 (8h às 18h15)
20/10 (8h às 17h)

Local: IFTO - Instituto Federal do Tocantins

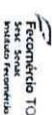
Cidade: Araguatins - TO

Informações pelos telefones:

63 3218.2366 | 2388

www.seden.to.gov.br

Parceiros:





Cicero Salatiel Pereira Lopes <salatiel@ifto.edu.br>

Fwd: CONVITE PARA FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIÃO DE ARAGUATINS

1 mensagem

Pró-Reitoria de Extensão <proex@ifto.edu.br>

9 de outubro de 2017 21:31

Para: Cicero Salatiel <salatiel@ifto.edu.br>

----- Mensagem encaminhada -----

De: **Marcondes Martins** <marcondes@sic.to.gov.br>

Data: 9 de outubro de 2017 18:03

Assunto: CONVITE PARA FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIÃO DE ARAGUATINS

Para:

Prezado(a)!

Segue em anexo, convite e programação da 3ª Edição do FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA REGIÃO DO BICO, a realizar-se nos **dias 19 e 20 de outubro do corrente ano**, nas dependências de **Instituto Federal de Tecnologia - IFTO de Araguatins**.

--



GOVERNO DO
TOCANTINS

Marcondes Martins

Economista / Gerente de Arranjos Produtivos

marcondes@sic.to.gov.br

(63) 3218 2366

**Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Turismo e Cultura
- Seden**

<http://http://sedetur.to.gov.br>

--

Paula Karini Amorim

Pró-reitora de Extensão do IFTO

2 anexos



convite fde araguatins.png
3546K



PROGRAMAÇÃO PRELIMINAR FDE - EDIÇÃO Araguatins.docx

111K



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

RELATÓRIO DE VIAGEM

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR:			
Nome:	CICERO SALATIEL PEREIRA LOPES	Matrícula Siape:	1458260
Cargo:	ASSIST.ADMINISTRATIVO	Código:	CD 03
Função:	DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS		
Órgão de Exercício:	DREI/PROEX		

IDENTIFICAÇÃO DO AFASTAMENTO:						
Autorização do Afastamento (Chefe/cargo):						
Nome do trabalho, evento ou missão:						
FÓRUM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO TOCANTINS - CAMPUS ARAGUATINS						
Percurso: PALMAS/ARAGUATINS/PALMAS						
Saída	18/10/2017	Chegada	20/10/2017	Diárias recebidas para	2,5	dias

DESCRIÇÃO SUCINTA DA VIAGEM:	
Data e atividades:	
18/10- VIAGEM PALMAS PARA ARAGUATINS; 19/10- MANHÃ- ABERTURA OFICIAL DO EVENTO, PAINEL DE DIÁLOGOS "DESAFIOS E OPORTUNIDADE PARA FORTALECER A ECONOMIA DO TOCANTINS". 19/10-TARDE- REUNIÃO COM AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO- PAUTA SOBRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NA REGIÃO, PRESENTES: IFTO, FABIC, UNITINS. 20/10- MANHÃ- REUNIÃO DO FÓRUM ESTADUAL DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL, -MESA REDONDA SOBRE CONVÊNIOS E ACESSO A CRÉDITOS NAS INSTITUIÇÕES DE FOMENTO. 20/10- TARDE- VIAGEM DE RETORNO A PALMAS!	

Data da solicitação: 21/10/2017



Documento assinado eletronicamente por **Cicero Salatiel Pereira Lopes, Diretor**, em 21/10/2017, às 19:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0197247** e o código CRC **07A1DC3D**.

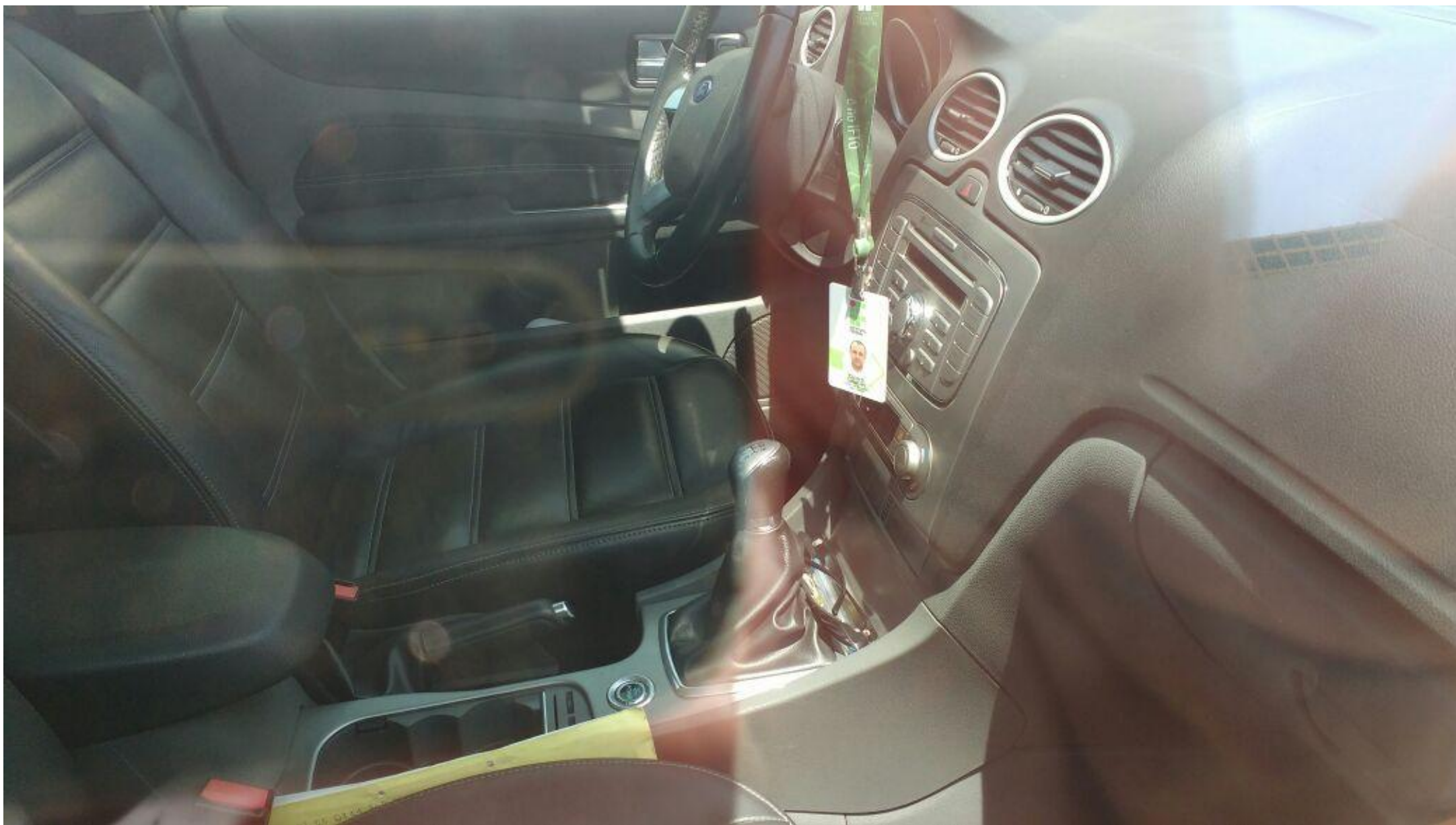


Avenida Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08 - Plano Diretor Sul
CEP 77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.iftto.edu.br - reitoria@iftto.edu.br

Referência: Processo nº 23235.029020/2017-61

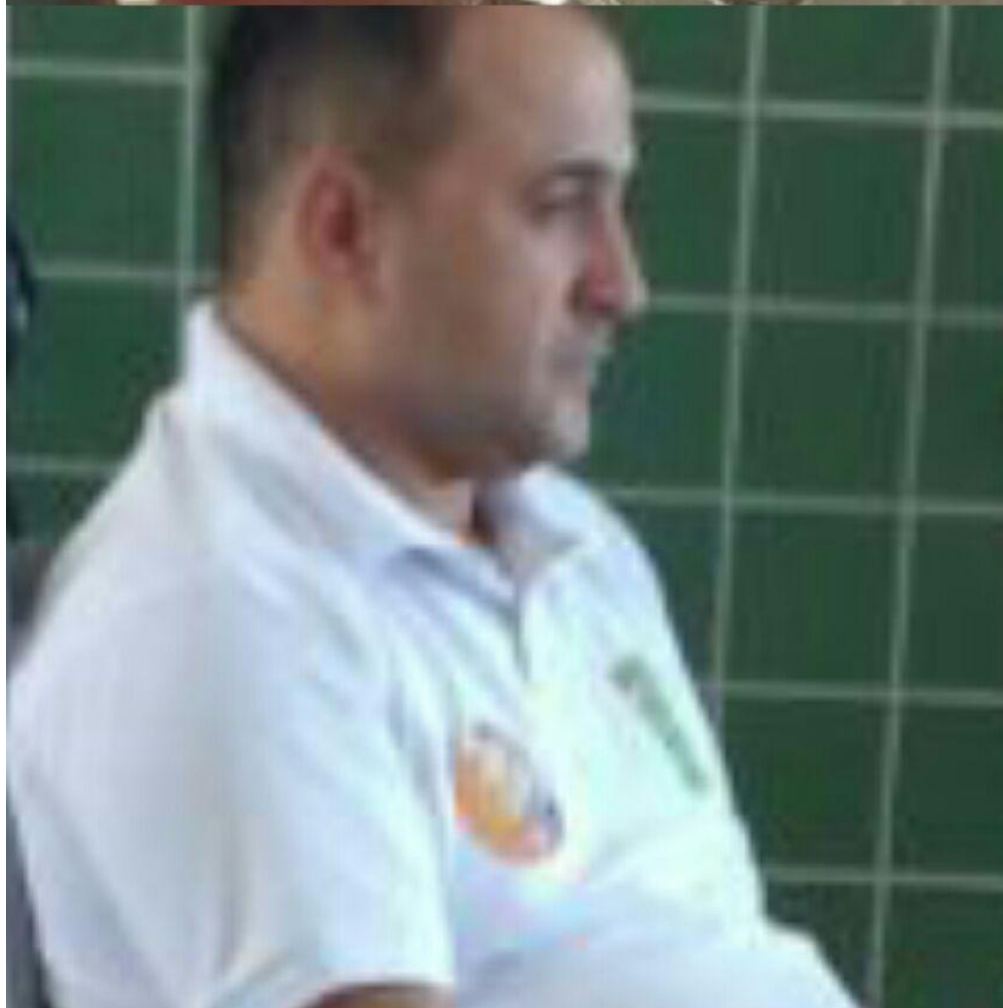
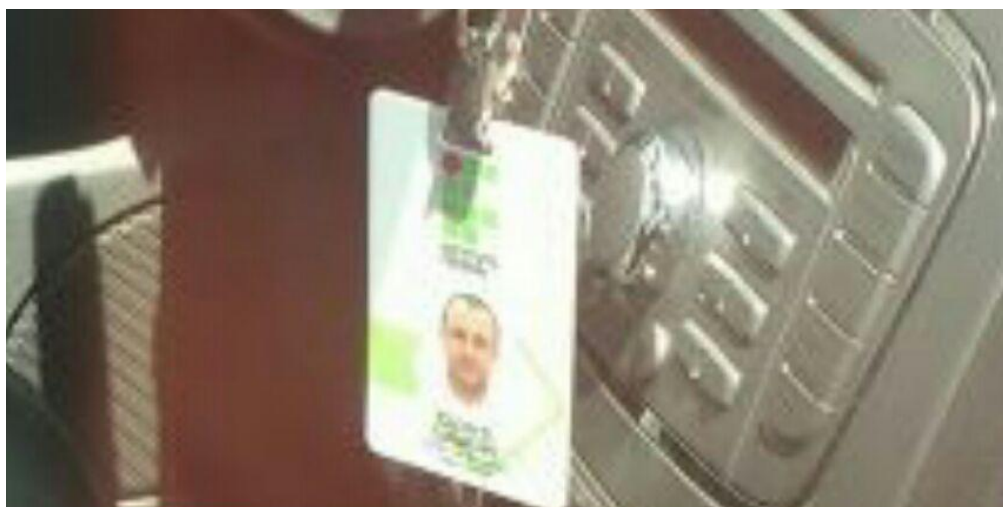
SEI nº 0197247















**A mudança
que queremos.**



antonioreitor.com.br



[Profantoniodaluz](#)



[@professor.antonio](#)





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
REITORIA

REQUERIMENTO DO SERVIDOR N.º 2479/2017

1.

ILUSTRE SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL

FRANK TOSHIMI TAMBA, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, lotado no IFTO - Campus Palmas, Matrícula: 1481853, vem à presença desta ilustre Comissão Eleitoral Central, na condição de candidato a Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, com fundamento no Regulamento Eleitoral aprovado pela Resolução n.º 47/2017/CONSUP/IFTO, de 23 de agosto de 2017, que estabelece as normas referentes ao processo de consulta para eleição do Reitor, dos Diretores-Gerais dos Campi e Diretores dos Campi avançado do IFTO apresentar

REPRESENTAÇÃO

em face de **CÍCERO SALATIEL PEREIRA LOPES**, Diretor de Relações Institucionais da Pró-Reitoria de Extensão do IFTO, Matrícula Siape nº: 1458260, com lotação na Reitoria do IFTO, pelos motivos de fato e de direito que passamos a expor:

I – DOS FATOS

No dia 18 de outubro de 2017, conforme cronograma definido no Regulamento Geral para Condução dos Debates do Processo Eleitoral do IFTO, biênio 2018/2022 (em anexo), ocorreu no Campus do IFTO na cidade de Colinas do Tocantins - TO o segundo debate entre os candidatos a Reitor do IFTO organizado pela Comissão Eleitoral Central.

É notoriamente cediço no âmbito do IFTO que o **REPRESENTADO** é um grande apoiador e articulador da campanha de **ANTÔNIO DA LUZ JUNIOR**, candidato a Reitor do IFTO, bem como, esteve presente ao respectivo debate na cidade de Colinas do Tocantins – TO para tal finalidade (vide registros fotográficos). No entanto, conforme demonstraremos por meio das provas juntadas a essa Representação, o REPRESENTADO em benefício do candidato a Reitor do **ANTÔNIO DA LUZ JUNIOR participou do debate em Colinas do Tocantins no dia 18/10/2017 com o recebimento irregular de diárias e a utilização de veículo institucional do IFTO.**

Conforme consta em SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS de autoria do **REPRESENTADO** (em anexo), o mesmo solicitou ao IFTO em 11 de outubro de 2017 o pagamento de diárias e o uso de veículo institucional do dia 18 a 20 de outubro de 2017, sob o pretexto de participar de evento promovido pelo Governo do Estado do Tocantins na cidade de Araguatins-TO.

Ocorre que no dia 18/10/2017 o **REPRESENTADO**, ao invés de ordinariamente estar se deslocando para cidade de Araguatins-TO para participar supostamente de evento naquela localidade, conforme a solicitação supramencionada, em verdade, o **REPRESENTADO** se fez presente fazendo uso de veículo de propriedade do IFTO para deslocamento e com o recebimento ilícito de Diárias (vide registros fotográficos em anexo) no debate dos candidatos a Reitor do IFTO em sua íntegra no Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins na cidade de Colinas do Tocantins, oportunidade na qual realizou campanha eleitoral em favorecimento ao candidato apoiado pela atual gestão do IFTO, o professor **ANTÔNIO DA LUZ JUNIOR**, fato este astuciosamente omitido pelo REPRESENTADO no respectivo RELATÓRIO DE VIAGEM de sua autoria, datado de 21 de outubro de 2017 (em anexo).

A situação acima exposta revela-se de grande gravidade, pois afronta diretamente o Regulamento Eleitoral aprovado pela Resolução n.º 47/2017/CONSUP/IFTO, de 23 de agosto de 2017, que estabelece as normas referentes ao processo de consulta para eleição do Reitor, dos Diretores-Gerais dos Campi e Diretores dos Campi avançado do IFTO, bem como, gera lesão ao Patrimônio Público e a Moralidade Administrativa, constituindo-se em tese em ato de improbidade em desfavor da Administração Pública, fazendo-se necessária a adoção de medidas tempestiva e austeras pela Comissão Eleitoral Central de modo a resguardar a legalidade e moralidade do processo eleitoral, conforme veremos em sequência.

II – DO DIREITO

Sobre as vedações ao período de propaganda eleitoral o Regulamento Eleitoral do IFTO (biênio 2018/2022) define:

CAPÍTULO I

DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 26. É vedado, durante o período de propaganda eleitoral, **sob qualquer pretexto:**

III – a utilização de recursos financeiros, materiais ou patrimoniais de natureza pública, inclusive do IFTO, apoio partidário ou empresarial para cobertura da campanha eleitoral, ressalvadas as promoções de iniciativa das comissões eleitorais, garantida a igualdade de oportunidade a todos os candidatos;

Compete a Comissão Eleitoral Central no termos do Regulamento Eleitoral o processamento e julgamento das infrações ao mesmo, bem como, aplicação de penalidades, conforme se verifica a abaixo:

CAPÍTULO I

DAS DENÚNCIAS

Art. 65. As denúncias sobre descumprimento das normas previstas neste Regulamento Eleitoral deverão ser identificadas e fundamentadas por escrito.

Parágrafo Único. As denúncias serão apuradas e julgadas pela Comissão Eleitoral Central.

Art. 67. A Comissão Eleitoral Central instruirá o processo de investigação de denúncia.

§5º Verificada a pertinência da denúncia, a Comissão Eleitoral Central aplicará sanção administrativa, quando for o caso, prevista neste Regulamento Eleitoral, após o devido processo legal.

CAPÍTULO II

DAS SANÇÕES

Art. 69. As sanções serão aplicadas aos servidores, alunos e candidatos que tenham praticado qualquer infração prevista neste Regulamento Eleitoral.

Art. 70. Consideram-se sanções eleitorais ações vedadas descritas neste regulamento,

praticadas tanto por eleitores quanto por candidatos e que atingem as eleições em quaisquer das suas fases, desde o início do processo eleitoral até a homologação do resultado.

§1º Servidores infratores estarão sujeitos às penalidades previstas na Lei n.º 8.112/90 e no Código de Ética e Conduta do Serviço Público Federal, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

§2º Os discentes infratores estarão sujeitos às penalidades previstas na Organização Didático Pedagógica do IFTO, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

Art. 71. As sanções que podem ser aplicadas pela Comissão Eleitoral Central são as seguintes:

§1º Advertência por escrito – Será aplicada pela Comissão Eleitoral Central, caso haja descumprimento de qualquer norma prevista neste regulamento ou ocorrência de ato que deponha contra a lisura deste processo.

§2º Retratação – O candidato que se sentir ofendido ou caluniado poderá solicitar à Comissão Eleitoral Central ou à Comissão Eleitoral Local pedido de retratação ao ofensor; havendo deferimento de tal pedido, a comissão responsável fixará os termos da retratação a ser cumprida pelo ofensor que a fará nas mesmas vias em que a ofensa foi realizada.

§3º Impugnação de candidatura – O candidato que somar 3 (três) advertências por escrito terá a candidatura cassada por meio de documento expedido pela Comissão Eleitoral Central, sendo assegurado ao candidato o direito a recurso no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a comunicação da impugnação.

Elucidamos que nos termos do artigo 9º e 11 da Lei 8.429, de 02.06.92, **constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo**, bem como, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência.

Noutro quadrante, impõe a lei em comento ao responsável por ato de improbidade independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica às seguintes cominações transcritas abaixo:

LEI 8.429/92, DE 02 DE JUNHO DE 1992.

CAPÍTULO III Das Penas

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes

cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: [\(Redação dada pela Lei nº 12.120, de 2009\)](#).

I - na hipótese do art. 9º, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos;

III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

III- DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, entendendo que da situação fática narrada acima além de infração ao Regulamento Eleitoral do IFTO (BIÊNIO 2018-2022), subsume em tese na **prática de ato de improbidade administrativa pelo REPRESENTADO**, passível de sanção nos termos da Lei 8.429, de 02 de junho de 1992, REQUER:

a) O recebimento e conhecimento da presente REPRESENTAÇÃO pela Comissão Eleitoral Central;

b) A aplicação da sanção de advertência por escrito ao REPRESENTADO pela Comissão Eleitoral Central;

c) Tendo em vista que a conduta teve por finalidade favorecer irregularmente a candidatura a Reitor do servidor **ANTÔNIO DA LUZ JUNIOR**, com manifesta consciência deste sob tal, requer-se também a aplicação da sanção de **IMPUGNAÇÃO DA CANDIDATURA**, ou subsidiariamente, a aplicação da sanção de **ADVERTÊNCIA** por escrito ao candidato a Reitor supracitado;

d) Seja notificada a Comissão de Ética do IFTO pela ilustre Comissão Eleitoral Central para apuração da Conduta Ética do REPRESENTADO;

e) Seja notificado o Reitor do IFTO pela ilustre Comissão Eleitoral Central para instauração imediata de Processo Administrativo Disciplinar para apurar a responsabilidade do servidor

REPRESENTADO;

f) Seja dado imediatamente conhecimento da presente REPRESENTAÇÃO a Procuradoria Federal junto a IFTO para adoção e promoção das medidas judiciais cabíveis;

g) Seja dado imediatamente conhecimento da presente REPRESENTAÇÃO a Unidade de Auditoria Interna do IFTO para adoção e promoção das medidas administrativas cabíveis;

h) Seja dado imediato conhecimento ao Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União no Estado do Tocantins da presente REPRESENTAÇÃO, nos termos do artigo 16 da Lei 8.429, de 02 de junho de 1992.

Termos em que

Pede e espera deferimento

Palmas, 26 de outubro de 2017.

FRANK TOSHIMI TAMBA

Candidato a Reitor do IFTO



Documento assinado eletronicamente por **Frank Toshimi Tamba, Servidor**, em 26/10/2017, às 21:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0201313** e o código CRC **7F4D7329**.



Quadra 310 Sul, Lo 5, s/n
esquina com a Avenida NS 10 - Plano Diretor Sul
CEP 77.021-090 Palmas - TO
(63) 3236-4000
www.iftto.edu.br - reitoria@iftto.edu.br

Referência: Processo nº 23236.029452/2017-61

SEI nº 0201313

ILUSTRE SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL

FRANK TOSHIMI TAMBA, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, lotado no IFTO - Campus Palmas, Matrícula: 1481853, vem à presença desta ilustre Comissão Eleitoral Central, na condição de candidato a Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, com fundamento no Regulamento Eleitoral aprovado pela Resolução n.º 47/2017/CONSUP/IFTO, de 23 de agosto de 2017, que estabelece as normas referentes ao processo de consulta para eleição do Reitor, dos Diretores-Gerais dos Campi e Diretores dos Campi avançado do IFTO apresentar

REPRESENTAÇÃO

em face de **CÍCERO SALATIEL PEREIRA LOPES**, Diretor de Relações Institucionais da Pró-Reitoria de Extensão do IFTO, Matrícula Siape nº: 1458260, com lotação na Reitoria do IFTO, pelos motivos de fato e de direito que passamos a expor:

I – DOS FATOS

No dia 18 de outubro de 2017, conforme cronograma definido no Regulamento Geral para Condução dos Debates do Processo Eleitoral do IFTO, biênio 2018/2022 (em anexo), ocorreu no Campus do IFTO na cidade de Colinas do Tocantins - TO o segundo debate entre os candidatos a Reitor do IFTO organizado pela Comissão Eleitoral Central.

É notoriamente cediço no âmbito do IFTO que o **REPRESENTADO** é um grande apoiador e articulador da campanha de **ANTÔNIO DA LUZ JUNIOR**, candidato a Reitor do IFTO, bem como, esteve presente ao respectivo debate na cidade de Colinas do Tocantins – TO para tal finalidade (vide registros fotográficos). No entanto, conforme demonstraremos por meio das provas juntadas a essa Representação,

o **REPRESENTADO** em benefício do candidato a Reitor do **ANTÔNIO DA LUZ JUNIOR** participou do debate em Colinas do Tocantins no dia 18/10/2017 com o recebimento irregular de diárias e a utilização de veículo institucional do IFTO.

Conforme consta em SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS de autoria do **REPRESENTADO** (em anexo), o mesmo solicitou ao IFTO em 11 de outubro de 2017 o pagamento de diárias e o uso de veículo institucional do dia 18 a 20 de outubro de 2017, sob o pretexto de participar de evento promovido pelo Governo do Estado do Tocantins na cidade de Araguatins-TO.

Ocorre que no dia 18/10/2017 o **REPRESENTADO**, ao invés de ordinariamente estar se deslocando para cidade de Araguatins-TO para participar supostamente de evento naquela localidade, conforme a solicitação supramencionada, em verdade, o **REPRESENTADO** se fez presente fazendo uso de veículo de propriedade do IFTO para deslocamento e com o recebimento ilícito de Diárias (vide registros fotográficos em anexo) no debate dos candidatos a Reitor do IFTO em sua íntegra no Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins na cidade de Colinas do Tocantins, oportunidade na qual realizou campanha eleitoral em favorecimento ao candidato apoiado pela atual gestão do IFTO, o professor **ANTÔNIO DA LUZ JUNIOR**, fato este astuciosamente omitido pelo **REPRESENTADO** no respectivo RELATÓRIO DE VIAGEM de sua autoria, datado de 21 de outubro de 2017 (em anexo).

A situação acima exposta revela-se de grande gravidade, pois afronta diretamente o Regulamento Eleitoral aprovado pela Resolução n.º 47/2017/CONSUP/IFTO, de 23 de agosto de 2017, que estabelece as normas referentes ao processo de consulta para eleição do Reitor, dos Diretores-Gerais dos Campi e Diretores dos Campi avançado do IFTO, bem como, gera lesão ao Patrimônio Público e a Moralidade Administrativa, constituindo-se em tese em ato de improbidade em desfavor da Administração Pública, fazendo-se necessária a adoção de medidas tempestiva e austeras pela Comissão Eleitoral Central de modo a resguardar a legalidade e moralidade do processo eleitoral, conforme veremos em sequência.

II – DO DIREITO

Sobre as vedações ao período de propaganda eleitoral o Regulamento Eleitoral do IFTO (biênio 2018/2022) define:

CAPÍTULO I DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 26. É vedado, durante o período de propaganda eleitoral, **sob qualquer pretexto:**

III – a utilização de recursos financeiros, materiais ou patrimoniais de natureza pública, inclusive do IFTO, apoio partidário ou empresarial para cobertura da campanha eleitoral, ressalvadas as promoções de iniciativa das comissões eleitorais, garantida a igualdade de oportunidade a todos os candidatos;

Compete a Comissão Eleitoral Central no termos do Regulamento Eleitoral o processamento e julgamento das infrações ao mesmo, bem como, aplicação de penalidades, conforme se verifica a abaixo:

CAPÍTULO I DAS DENÚNCIAS

Art. 65. As denúncias sobre descumprimento das normas previstas neste Regulamento Eleitoral deverão ser identificadas e fundamentadas por escrito.

Parágrafo Único. As denúncias serão apuradas e julgadas pela Comissão Eleitoral Central.

Art. 67. A Comissão Eleitoral Central instruirá o processo de investigação de denúncia.

§5º Verificada a pertinência da denúncia, a Comissão Eleitoral Central aplicará sanção administrativa, quando for o caso, prevista neste Regulamento Eleitoral, após o devido processo legal.

CAPÍTULO II DAS SANÇÕES

Art. 69. As sanções serão aplicadas aos servidores, alunos e candidatos que tenham praticado qualquer infração prevista neste Regulamento Eleitoral.

Art. 70. Consideram-se sanções eleitorais ações vedadas descritas neste regulamento, praticadas tanto por eleitores quanto por candidatos e que atingem as eleições em quaisquer das suas fases, desde o início do processo eleitoral até a homologação do resultado.

§1º Servidores infratores estarão sujeitos às penalidades previstas na Lei n.º 8.112/90 e no Código de Ética e Conduta do Serviço Público Federal, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

§2º Os discentes infratores estarão sujeitos às penalidades previstas na Organização Didático Pedagógica do IFTO, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

Art. 71. As sanções que podem ser aplicadas pela Comissão Eleitoral Central são as seguintes:

§1º Advertência por escrito – Será aplicada pela Comissão Eleitoral Central, caso haja descumprimento de qualquer norma prevista neste regulamento ou ocorrência de ato que deponha contra a lisura deste processo.

§2º Retratação – O candidato que se sentir ofendido ou caluniado poderá solicitar à Comissão Eleitoral Central ou à Comissão Eleitoral Local pedido de retratação ao ofensor; havendo deferimento de tal pedido, a comissão responsável fixará os termos da retratação a ser cumprida pelo ofensor que a fará nas mesmas vias em que a ofensa foi realizada.

§3º Impugnação de candidatura – O candidato que somar 3 (três) advertências por escrito terá a candidatura cassada por meio de documento expedido pela Comissão Eleitoral Central, sendo assegurado ao candidato o direito a recurso no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a comunicação da impugnação.

Elucidamos que nos termos do artigo 9º e 11 da Lei 8.429, de 02.06.92, constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, bem como, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência.

Noutro quadrante, impõe a lei em comento ao responsável por ato de improbidade independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica às seguintes cominações transcritas abaixo:

LEI 8.429/92, DE 02 DE JUNHO DE 1992.

CAPÍTULO III
Das Penas

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: (Redação dada pela Lei nº 12.120, de 2009).

I - na hipótese do art. 9º, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos;

III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

III- DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, entendendo que da situação fática narrada acima além de infração ao Regulamento Eleitoral do IFTO (BIÊNIO 2018-2022), subsume em tese na **prática de ato de improbidade administrativa pelo REPRESENTADO**, passível de sanção nos termos da Lei 8.429, de 02 de junho de 1992, REQUER:

- a) O recebimento e conhecimento da presente REPRESENTAÇÃO pela Comissão Eleitoral Central;
- b) b) A aplicação da sanção de advertência por escrito ao REPRESENTADO pela Comissão Eleitoral Central;
- c) Tendo em vista que a conduta teve por finalidade favorecer irregularmente a candidatura a Reitor do servidor **ANTÔNIO DA LUZ JUNIOR**, com manifesta consciência deste sob tal, requer-se também a aplicação da sanção de **IMPUGNAÇÃO DA CANDIDATURA**, ou subsidiariamente, a aplicação da sanção de **ADVERTÊNCIA** por escrito ao candidato a Reitor supracitado;
- d) Seja notificada a Comissão de Ética do IFTO pela ilustre Comissão Eleitoral Central para apuração da Conduta Ética do REPRESENTADO;
- e) Seja notificado o Reitor do IFTO pela ilustre Comissão Eleitoral Central para instauração imediata de Processo Administrativo Disciplinar para apurar a responsabilidade do servidor REPRESENTADO;
- f) Seja dado imediatamente conhecimento da presente REPRESENTAÇÃO a Procuradoria Federal junto a IFTO para adoção e promoção das medidas judiciais cabíveis;
- g) Seja dado imediatamente conhecimento da presente REPRESENTAÇÃO a Unidade de Auditoria Interna do IFTO para adoção e promoção das medidas administrativas cabíveis;
- h) Seja dado imediato conhecimento ao Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União no Estado do

Tocantins da presente REPRESENTAÇÃO, nos termos do artigo 16 da Lei 8.429, de 02 de junho de 1992.

Termos em que

Pede e espera deferimento

Palmas, 26 de outubro de 2017.

FRANK TOSHIMI TAMBA
Candidato a Reitor do IFTO